

## **REPRESENTAÇÕES LINGUÍSTICAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O CASO DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Bianca Salvador Grisolia  
Mestrado/UFF

Orientador: Xoán Carlos Lagares Diez

### **Introdução**

Esta pesquisa se coloca no âmbito dos estudos da sociolinguística e se propõe ao estudo sobre as representações e atitudes linguísticas de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (doravante EJA), na cidade do Rio de Janeiro, sobre o português brasileiro e sobre o ensino da língua portuguesa como L1. O enfoque se dá nos alunos de EJA, pois em sua maioria, estes se caracterizam por serem adultos que tiveram que abandonar o ensino básico, no momento em que a faixa etária era apropriada, e que retornam à escola para concluir os estudos. Dessa forma, entendemos que as experiências vividas por esses alunos, para além do ensino de língua portuguesa em sala de aula - inserção no mercado de trabalho, por exemplo, corroboram para a delimitação de seus imaginários quanto à língua que falam, e a que deveria falar, ou seja, de suas representações linguísticas.

A pesquisa visa à análise de dados de representação e atitudes linguísticas desses falantes, reflexão de insegurança e segurança linguística, e, posteriormente, reflexão sobre as políticas linguísticas do ensino de língua materna. Outro fator importante acerca desse campo de ensino é que há a possibilidade de comparação com outros trabalhos sobre representação linguística de língua portuguesa como L1 em outros níveis do ensino básico – ensino fundamental e médio.

Seguimos à exposição dos pressupostos teóricos, em que tecemos considerações sobre as normas do português brasileiro (Faraco, 2008; BAGNO, 2003), ideologia da língua-padrão (MILROY, 2011) e representações e atitudes linguísticas (CALVET, 2004); metodologia e considerações.

---

## Pressupostos teóricos

Para estudarmos sobre representação linguística dos falantes, primeiramente, é necessário que tenhamos uma noção de norma linguística. A palavra “norma” pode ter duas acepções: a primeira, que vem do uso comum, recorrente, normal; a segunda, que vem de como algo deve ser feito, normativo. Dessa forma, é razoável vermos que tenha confusão no que significa esse termo em respeito à língua, e que essa norma é vista como o grande agente regulamentador da língua, em que há distinção entre formas certas e erradas de falar. No entanto, a ideia inicial de norma vem da primeira acepção, em que se definia quais são os usos recorrentes, ou seja, normais, comuns, para um falante nativo de determinada língua. Hoje, os linguistas já dividem a norma em três campos (ressalto que as nomenclaturas ainda são confusas e cada linguista aplica a sua), que são: norma culta - variedade de uso corrente de falantes cultos da língua; norma-padrão - construto sócio-histórico da língua, que serve de referência para estimular processos de uniformização (FARACO, 2008), ou seja, é referente à acepção de normatização; e norma-curta, que diz respeito a um conglomerado de regras arbitrárias por vulgos puristas linguísticos, que é amplamente respaldado pela grande mídia.

A respeito da norma culta do português brasileiro, Faraco (2008) define os três *continua*, estabelecido por Bortoni-Ricardo, como: *continuum* rural-urbano, *continuum* de oralidade/letramento e *continuum* da monitoração estilística e, então, coloca que a norma culta seria a variedade falada que se encontra na intersecção dos três *continua*, estando em seus pontos mais próximos do urbano, do letramento e dos estilos mais monitorados. Sendo assim, chega-se à conclusão de que a norma culta do português brasileiro é a mesma da linguagem urbana comum, ou seja, a linguagem falada por falantes urbanos, com escolaridade superior completa e em situações mais monitoradas.

A norma-padrão diz respeito à segunda acepção de ‘norma’, mais relacionado ao adjetivo normativo. Para sua elaboração, a referência de língua é dada a partir de obras literárias publicadas em língua portuguesa no Brasil. Desta forma, pode ser definida como uma prescrição regida a partir de textos eruditos na língua portuguesa. Ela abre margem para a definição de construções corretas e errôneas na língua.

No entanto, não é esta noção de norma-padrão da maioria dos falantes brasileiros. O que o senso comum entende por norma-padrão é a prescrição de formas

---

corretas e erradas de falar a língua, Faraco (2008) define essa concepção de norma-curta. Essa norma curta não é delimitada por linguistas, mas sim por puristas da língua, que infelizmente tem bastante repercussão pública, apoiada pela grande mídia, por exemplo. Dessa forma, a base referencial dessa norma não são as obras literárias na língua portuguesa, pois essas podem se valer da norma culta. Elas são apenas um conjunto de regras arbitrárias que se valem na cultura do erro, muito presente em nossa sociedade.

Marcos Bagno (2003), ao discorrer sobre a norma linguística, propõe a distinção entre variedades prestigiadas, que seria mais ou menos o que Faraco considera norma culta, ou seja, as formas de fala dos falantes cultos do português brasileiro, com alto nível de escolaridade e classe social alta; variedades estigmatizadas, que seria o oposto da variedade prestigiada, ou seja, a fala de pessoas de classe social baixa e com baixo nível de escolaridade. Para ilustrar seus conceitos, Bagno lança mão do seguinte esquema:

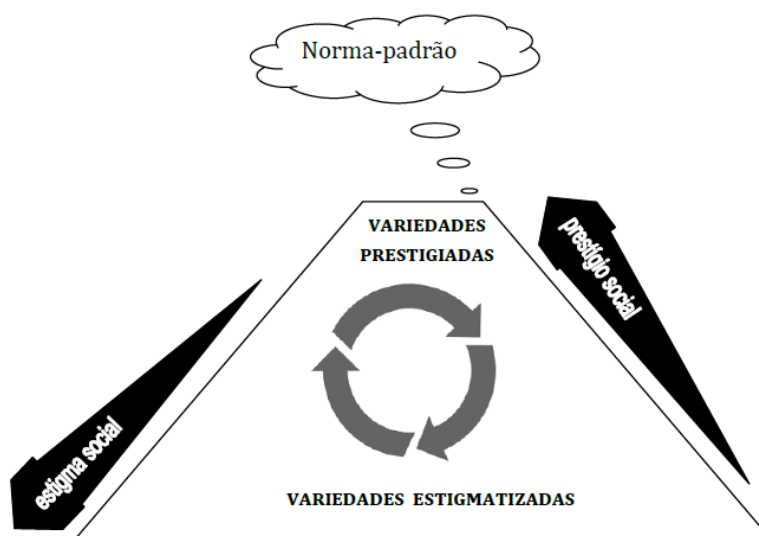


Figura 1: Esquema de normas linguísticas do português brasileiro por Marcos Bagno

Isso posto, vemos que a norma-padrão dá margem à ideologia da língua-padrão, colocada por Milroy (2011). Esta ideologia diz respeito à concepção de que existe um padrão na língua, ou seja, que existe uma uniformidade e invariância na língua. Ora, se a língua é uniforme e invariante – justamente o contrário do que ela é –, algumas formas de falar são consideradas erradas e outras, corretas. E não há discussão

---

sobre essa questão. Daí surge a questão da insegurança linguística, discutidas um pouco mais a frente. De acordo com Milroy,

A ideologia exige que aceitemos que *a linguagem (ou uma língua) não é algo que os falantes nativos possuem*: eles não são pré-programados com uma faculdade da linguagem que lhes permite adquirir (ou desenvolver) “competência” na língua sem ser formalmente ensinados [...]. O que eles adquirem de modo informal antes da idade escolar não é confiável e não plenamente correto ainda. Nesse contexto geral, a “intuição do falante nativo” não significa nada, e as sequências gramaticais não são produtos da mente do falante nativo. Elas são definidas externamente – em competências gramaticais – e a escola é o lugar onde ocorre a verdadeira aprendizagem da língua. Faz parte do senso comum que é preciso ensinar às crianças as formas *canônicas* de sua própria língua nativa, sobretudo na escola [...], ensino feito por aqueles que sabem as regras da “gramática”, os significados corretos das palavras e a pronúncia correta, e todas as regras e normas existem fora do falante. As autoridades (geralmente não nomeadas) das quais dependem os falantes (e seus professores) têm acesso privilegiado aos mistérios da língua e têm algo do status de sumo sacerdotes [...]. (MILROY, 2011, p. 60)

Nesta passagem, percebemos que: 1) a escola é considerada fator importante na constituição da norma-padrão, ou seja, só é possível que o falante se expresse bem a partir do momento em que ele vá para a escola. Se o nosso objeto de estudo são alunos que não se formaram no momento adequado, dificilmente eles estarão enquadrados como falantes de variedade de prestígio, quicá da norma-padrão; 2) a autoridade linguística é arbitrária. Assim como ninguém sabe muito bem o que está estabelecido dentro da padronização da língua, não sabemos quem dita essas regras. Cameron, em seu texto intitulado *Higiene Verbal* (1995), faz uma comparação pertinente sobre códigos de vestimenta e normas linguísticas. A autora diz que qualquer indivíduo, ao ser impossibilitado de entrar em um lugar de bermuda ou chinelos, por exemplo, indaga e discute a respeito da regra. No entanto, esse mesmo indivíduo, ao ser advertido que tal uso convencional na língua não é correto, não há indagação sobre o assunto, simplesmente aceita a forma correta e tenta não mais repeti-la.

Uma (não) concepção de língua que achamos importante salientar é acerca da ortografia da língua. Entendemos que ortografia é uma mera convenção, em que há a padronização e uniformidade, mas que é para fins puramente técnicos e práticos. O

---

senso comum tende a confundir a concepção de língua com a de ortografia, daí ouvimos frequentemente máximas como “eu não sei português” por simplesmente não saberem a ortografia correta de determinada palavra.

No entanto, essa concepção é colocada e afirmada pela ideologia da língua-padrão. A lógica é clara: a língua é vista como uniforme e invariável, assim como o registro das palavras o são. E, só aprendemos uma língua no momento em que entramos na escola, tudo o que é falado antes é desconsiderado como língua, ou seja, só aprendemos uma língua quando nos encontramos com a cultura escrita dessa língua. Assim, vemos movimentos como “unificação da língua” a partir de novos acordos ortográficos, em que todos os países com língua portuguesa como língua oficial mantêm a mesma forma de escrever.

Calvet (2004), em seu estudo sobre representações linguísticas, apresenta três noções de norma definidas por Alain Rey, em 1972, que são: a norma objetiva, que é relativa a gramática interna da língua; a norma prescritiva, que diz respeito à prescrição gramática, ou seja, é relativo às regras normativas acerca da língua; a norma subjetiva, que diz respeito aos discursos metalinguísticos dos falantes e das atitudes linguísticas. É a partir da noção de normas subjetivas e objetivas que surge o trabalho sobre o imaginário linguístico, que pode ser visto como sinônimo de representações por diversos autores, como Houdebine e Canut, em que se diz que o imaginário linguístico diz respeito à relação que o falante mantém com a sua língua nativa, “conjunto de normas avaliativas subjetivas que caracterizam as representações dos sujeitos sobre as línguas e as práticas linguísticas, destacável através de discursos epilinguísticos.”<sup>1</sup> (CALVET, 2004, p. 161). Nesse sentido, Calvet distingue essas duas categorias, em que as práticas dizem respeito à produção do falante, o jeito, a forma, o estilo que esse falante usa para se comunicar em determinadas situações; e as representações dizem respeito ao pensamento do falante acerca das práticas, como esse falante se porta frente a determinadas formas de fala, e em determinadas situações de comunicação.

Outro ponto importante nesta pesquisa é o conceito de atitude linguística, atrelado a estes conceitos já colocados, em que diz respeito à avaliação do sujeito quanto às línguas ou variedades faladas, pois está conectado com a noção de insegurança linguística. Esta noção, proposta por Labov e vista em Calvet (2004), diz

---

<sup>1</sup> Tradução nossa.

---

respeito à relação entre um juízo de normatividade ditada pelo falante, ou seja, a norma objetiva, e uma autoavaliação da construção, ou seja, a norma subjetiva. Quando essas noções não se alinham, isto é, o falante diz que fala de uma maneira que não é a correta, surge, então, a insegurança linguística. Quando acontece o oposto, em que o falante diz que fala da mesma maneira que é a correta, há o caso de segurança linguística.

Posto isso, é importante salientar que consideramos que toda essa discussão se dá a partir de ideologias linguísticas, já colocadas como a ideologia da língua padrão, mas que também são discutidas por Woolard (2012), em que ela define por “representações, implícitas ou explícitas, que interpretam a relação entre língua e os seres humanos no mundo social.”<sup>2</sup>

## **Metodologia**

O presente trabalho se propõe a fazer pesquisa de campo em escolas públicas de EJA, na cidade do Rio de Janeiro. Para o estudo das representações linguísticas, propomos a realização de dois testes: o primeiro, um questionário sobre como os alunos pensam da língua portuguesa, das variedades diatópicas, diastráticas, diafásicas e históricas; o segundo, que se completa ao primeiro, uma conversa com os alunos debatendo essas noções de língua, ou seja, o que eles pensam da variedade que falam, se acham que uma forma é “melhor” que a outra, porque, etc.

Para o estudo das atitudes linguísticas, propomos a aplicação de teste de “falsos pares”, em que haverá exposição de textos falados e/ou escritos e o falante terá que avaliar cada um de acordo com alguns critérios, ainda a serem definidos, como inteligência, honestidade, confiabilidade, ambição, sinceridade, gentileza, sociabilidade. Originalmente, a técnica de “falsos pares” foi aplicada no intuito de verificar as reações subjetivas (LAMBERT 1967 apud LABOV, 1972) de falantes em contexto de bilinguismo, nesta pesquisa, fizemos uma adaptação, em que consideramos colocar múltiplas variedades linguísticas do português brasileiro, ou seja, variedades regionais, de contexto, de registro, etc.

Consideramos a gravação dos dois testes, para a posterior transcrição e análise dos dados. Dessa forma, a pesquisa se coloca numa perspectiva quantitativo-qualitativa. A partir da análise dos dados, pretendemos verificar a noção de língua dos alunos, o que

---

<sup>2</sup> Tradução nossa.

---

eles identificam como norma-padrão, e se o que eles dizem que pensam está de acordo com a avaliação das normas linguísticas.

### **Considerações**

O estudo de representações e atitudes linguísticas de alunos de EJA se faz importante para a reflexão de como as noções de língua, nesse caso, do português brasileiro, se aplicam numa parcela da população. Dessa forma, conseguimos estabelecer noções de como a ideologia da língua-padrão age e influencia na questão de segurança e/ou insegurança linguística da classe trabalhadora – em foco neste trabalho. Isto é, os falantes entendem que, na língua, há uma forma correta e outra incorreta, e eles não se veem falantes da forma correta – de fato, ninguém se vê, pois é uma abstração – o que leva ao sentimento de insegurança linguística.

O estudo de representações e atitudes linguísticas no EJA acerca do português brasileiro também pode ser de grande valia para reflexão de práticas educacionais de ensino de língua como L1, pois há a possibilidade de comparação com pesquisas desse âmbito no ensino básico regular. Se encontrarmos o mesmo tipo de avaliação sobre determinadas variedades linguísticas, a geográfica, por exemplo, teremos um *feedback* negativo das atuais políticas linguísticas, e novos desafios para mudar esse quadro.

Como esse trabalho ainda está em seu primeiro ano de pesquisa, e ainda não foi feito o trabalho de campo, ainda não temos resultados finais e/ou parciais.

### **Referências**

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In: LAGARES, Xoán, BAGNO, Marcos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 355-387.

BARBOSA, Juliana B.; CUBA, Daiana L. Crenças e atitudes linguísticas de alunos do Ensino Médio em escolas públicas de Uberaba. *Todas as letras y*, São Paulo, v. 17, n. 1,

---

p. 73-90, jan./abr. 2015. Disponível em [<http://dx.doi.org/10.15529/1980-6914-letras.v17n1p73-90>] Acesso em 20/04/2016.

CALVET, Louis-Jean. *Por uma ecoloxía das linguas do mundo*. Tradução por Alfredo Iglesias Diéguez. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 2004. p. 149-188

CAMERON, Deborah. *Verbal Hygiene*. Tradução por Marcos Bagno. London, Routledge, 1995, p. 1-32.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, Xoán, BAGNO, Marcos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 259-276.

LABOV, William. O problema da avaliação: reações subjetivas à mudança linguística. In: \_\_\_\_\_. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola editorial, 2008. p. 353-373.

MILROY, James. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, Xoán, BAGNO, Marcos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 49-87

WOOLARD, Kathryn A. Las ideologias como campo de investigación. In: SCHIEFFELIN, Bambi B.; WOOLARD, Kathryn A.; KROSKRITY, Paul V. (Eds.). *Ideologías lingüísticas: práctica y teoría*. Madrid: Catarata, 2012. p. 19-68.

Créditos da imagem:

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola editorial, 2003.